

## Caminhos, roteiros e patrimonialização: capturas do tempo presente

### *Paths, routes and patrimonialization: captures of the present time*

**Daniela Pistorello**

Doutoranda, PPGH-UNICAMP

Bolsista FAPESP

danipistorello@hotmail.com

Resumo: O objetivo deste trabalho é analisar de que forma a secretaria de Turismo, de Cultura e Esporte do Estado de Santa Catarina apresenta e comercializa seus bens patrimoniais que integram os Roteiros Turísticos Catarinenses. O enfoque deste trabalho é relativo aos cinco bens indicados pelo IPHAN para serem tombados em nível nacional para comporem o Projeto Roteiros Nacionais de Imigração. Para dar conta deste empreendimento, utilizaram-se, como fontes de pesquisa, o site da Secretaria de Turismo do Estado de Santa Catarina, os folders de divulgação destes Roteiros produzidos pela SANTUR, o Dossiê dos Roteiros Nacionais de Imigração e depoimentos dos proprietários dos bens em questão.

Palavras-chave: patrimônio cultural, tempo presente, atividade turística.

*Abstract: The main of this paper is to analyse how the Tourism, Culture and Sport Secretary of Santa Catarina State shows and sells their heritage's goods that integrate the Santa Catarina's Sightseeings. The focus of this job is concerning to the five goods indicated by IPHAN to be overturned at the national level to compose the National Itineraries of Immigration's Project. To account this enterprise, there were chosen, like research sources, the Tourism's Secretary website of Santa Catarina State, the divulgation's folders of these Itineraries, produced by SANTUR, the National Itineraries Immigration's Dossier and testimonials of the owners of these goods in question. The text is an interdisciplinary exercise that looks for the collation of these views in order to problematize the relations between present, patrimonialization and tourism.*

*Key-words: cultural heritage, present time, tourism.*

Roteiros, peregrinações, viagens, destinos... Embora a atividade turística seja, na atualidade, a responsável oficial por regular, traçar, tornar acessível e roteirizar os caminhos percorridos por viajantes e peregrinos, o homem se desloca e viaja desde tempos imemoriais. Pode-se dizer, grosso modo, que é ao longo do tempo que o sentido de “viajar” muda, assumindo a vinculação ao patrimônio cultural muito recentemente. Esse fato pode ser verificado se atentarmos, por exemplo, para a programação dos Salões de Turismo, que pelo

sexto ano consecutivo, apresenta para o trade turístico os “Roteiros do Brasil.”<sup>1</sup> Grande parte da programação do evento relaciona o ato de viajar às questões do patrimônio cultural.

Desta maneira, a relação que o ato de viajar estabelece com as tentativas de sua roteirização e comercialização estão diretamente relacionadas com a compreensão de que existe um “deslocamento” com fins culturais, que busca conhecer e rememorar um passado ou uma tradição que, está vinculada aos eventos eleitos como importantes.

É nesse sentido, que apresentamos algumas reflexões a respeito de como os bens patrimoniais que integram o Projeto do IPHAN Roteiros Nacionais de Imigração<sup>2</sup> são apropriados pelas instituições catarinenses que promovem o turismo naquele estado e que significados a eles são atribuídos.

Para atender a este objetivo, a metodologia utilizada compreendeu o cruzamento entre as fontes e utilizou, como referências teóricas, reflexões acerca dos temas da memória e do patrimônio para tratar de temas como o turismo, que é por excelência uma discussão interdisciplinar.

O texto se desenvolve apresentando uma discussão acerca da história e da memória na configuração do patrimônio; discute-se a apropriação pela atividade turística dos bens patrimoniais e, por fim, apresenta e problematiza a utilização que a Secretaria do turismo do Estado de Santa Catarina faz dos bens patrimoniais que integram os Roteiros Nacionais de imigração para compor os Roteiros Catarinenses de turismo.

#### Tempo presente e patrimonialização: urgência de preservar

A discussão sobre patrimônio cultural está amparada nos debates acerca da memória tornando o estudo e a discussão do passado temas recorrentes e presentes. Se conceitos como memória e história são aparentemente consensuais, estão longe de serem sinônimos ou de se confundirem. As diferenças começam nos processos e nos

---

<sup>1</sup> Disponível em: [http://www.salao.turismo.gov.br/salao/sobre\\_evento/principal/](http://www.salao.turismo.gov.br/salao/sobre_evento/principal/). Acesso em 25 de setembro de 2011.

<sup>2</sup> O Projeto Roteiros Nacionais de Imigração é um projeto que, em síntese é uma proposta nacional da primeira fase do reconhecimento e proteção do patrimônio dos imigrantes em Santa Catarina realizado através da parceria entre o IPHAN e a FCC. É resultado de um processo que culminará com a instituição de uma rota turística que abranja os caminhos nos quais os bens culturais inventariados estejam presentes, dotados de legislação de proteção específica, cujo atrativo seria marcado por referências culturais relacionado à imigração de italianos, alemães, poloneses e ucranianos em Santa Catarina.

elementos diversos que produzem cada uma delas. A memória é, em grande parte, como aponta Nora (1984, p.XXV), uma operação afetiva que se alimenta de “lembranças enevoadas, telescópicas, globais ou flutuantes, particulares ou simbólicas, sensíveis a todas as transferências, censuras ou projeções”. A história, por sua vez, é “uma construção quase sempre ‘problemática e incompleta’ daquilo que não é mais; é um trabalho intelectual e laico que analisa, explicita, explica e assim fundamenta-se em um discurso crítico” (BREFE, 1993, p.18).

No contexto em que se discute a patrimonialização da cultura a preocupação com a memória é uma recorrência inevitável de tal forma que é fundamental ressaltar que a memória não se constitui por olhares descompromissados em relação ao objeto observado. Preservar a memória não significa preservar o passado em si, mas aquilo a que é possível se ter acesso e também, em grande parte, aquilo que se quer ver recordado. A construção histórica é uma escolha sempre seletiva. Pode-se dizer, de certa forma, que a memória é hoje um enorme estoque material resultante do acúmulo compulsivo e desmedido de tudo aquilo que é impossível lembrar, mas que a qualquer momento pode ser necessário recordar.

Se, por um lado, esta forma de lidar com a história “democratiza” a sua produção, por outro lado, a memória entra em disputa e passa a ser reivindicada, negociada, num espaço que Pollak (1989, p.4), define como um verdadeiro “campo de batalha”! Há que se sinalizar neste “campo de batalhas” a função do esquecimento, ou daquilo que se silencia porque não é dito.

Nesta discussão, a referência ao passado serve para “manter a coesão dos grupos e das instituições que compõe uma sociedade”, para definir seu lugar respectivo. Com o intuito de manter a coesão interna e defender as fronteiras daquilo que um grupo tem em comum, Henry Rousso (*apud* POLLAK, 1989, p.9), aponta a existência de um trabalho de enquadramento das memórias para a construção desta identidade de grupo. Nesta possibilidade reside a importância para a abordagem do tema, já que a memória herdada se torna a principal causa da “estreita ligação fenomenológica entre a memória e o sentimento de identidade.” (POLLAK, 1992, p.5).

A memória, portanto, é o fator preponderante de afirmação para a identidade individual ou coletiva. Quando apropriada por órgãos públicos de preservação, serve de instrumento de definição de alteridade e passa a ser utilizada na constituição de

uma dada identidade. Daí, a tensão presente na constituição daquilo que a atividade turística chama de Turismo Cultural. Ora, se a idéia de identidade é representativa de uma memória, a concepção de preservação está diretamente ligada a essa relação.

É em meio à “neurose social”, marcada pelo medo da perda iminente da memória, que a sociedade contemporânea associa cada vez mais o ato de preservar, seja em relação à memória individual, mas principalmente ligada à memória coletiva, à idéia de preservação do patrimônio cultural.

Nesta acepção, o patrimônio define menos o que se possui, o que se tem e se circunscreve mais ao que somos, sem sabê-lo, ou mesmo sem ter podido saber. O patrimônio se apresenta então como um convite à anamnese coletiva. Ao ‘dever’ da memória, com sua recente tradução pública, ao remorso, se teria acrescentado alguma coisa como ‘ardente obrigação’ do patrimônio, com suas exigências de conservação, de reabilitação e de comemoração. (HARTOG, 2006, p.266).

Ainda, segundo o autor, o século XX foi o século que mais invocou o futuro assim como foi o século que, no seu final, mais atenção deu ao presente: “um presente já passado antes de ter completamente chegado” (HARTOG, 2006, p.270), ou seja, um presente inquieto obcecado com a memória.

Assim, a proliferação patrimonial é sintoma de um tempo de ruptura entre o passado e o presente, onde o patrimônio é um recurso para um tempo em crise marcado muito mais por rupturas do que continuidades ao longo do tempo.

Dessa constatação emergem as críticas ao processo de patrimonialização que tornou a memória uma obsessão cultural de proporções monumentais em todos os pontos do planeta. Como afirma Huyssen (2000, p.10), “muitas das memórias comercializadas em massa que consumimos são ‘memórias imaginadas’ e, portanto, muito mais facilmente esquecíveis do que as memórias vividas”.

O governo atual pauta sua política cultural numa “concepção mais ampliada de cultura”. Sua atuação institucional foca em três dimensões: enquanto *produção simbólica* (foco na valorização da diversidade, das expressões e dos valores culturais); enquanto *direito e cidadania* (foco nas ações de inclusão social por meio da Cultura); e enquanto *Economia* (foco na geração de empregos e renda, fortalecimento de cadeias produtivas e regulação) (BRASIL / MINC, 2007). Ou seja, há uma relação inegável

entre a patrimonialização e a atividade turística. É este fenômeno que estou chamando de capturas do tempo presente: diante da necessidade tão premente de tornar presente passado, a questão é pensar de que forma o turismo concorre para isso.

A atividade turística como uma captura do tempo presente

A compreensão da atividade turística como um fenômeno social é a que mais atende a uma demanda de estudos que percebem este campo como interdisciplinar. Vários autores apontam o quanto é difícil estabelecer fronteiras rígidas entre os campos de conhecimento que se ocupam em estudar o Turismo, o que constitui num desafio por definição. Nesse sentido, esta discussão se apresenta como mais uma contribuição aos debates contemporâneos sobre o tema. Os paradigmas contemporâneos nos estudos de turismo propõem

estudar o significado de turismo dentro da categoria de mobilidade, juntamente com outras formas de deslocamento humano e das novas comunidades transnacionais. Sugerem não mais analisá-lo como mecanismo de evasão, mas como uma prática que permite o encontro com outras culturas que, via de regra, já se conhecem através dos meios de comunicação. Colocam o estudo do turismo dentro de novas formas de consumo. (BARRETO, 2006, p.8)

Embora esta perspectiva apresente a atividade turística inserida na lógica de consumo, ela vai além da simples constatação de que, “por um lado, contribui para reforçar a identidade própria da comunidade receptora, (...) e, por outro, pode provocar uma exposição mútua de valores e hábitos, que podem afetar tanto a comunidade receptora quanto a visitante.” (ASHTON, 2006, p.11). Pois se trata de um paradigma que apresenta o turista não mais como “aquele estereótipo do turista massificado da segunda metade do século XX, [mas por] um turista reflexivo.” (GIDDENS, 1991, p.20-21). BARRETO (2006, p. 8) complementa que nesta perspectiva de turismo, os turistas que apenas olham e fotografam, dão lugar aos turistas que vivem experiências.

O que parece estar no cerne da discussão, a partir desta perspectiva, é que uma idéia de experiência que esse tipo de turismo parece sugerir emerge através do desenvolvimento da atividade turística, que, *grosso modo*, abre espaço para sua segmentação, e o chamado turismo cultural aparece como arauto desta proposta.

Um dos motes do turismo cultural é não apenas a apropriação pela atividade

turística dos bens patrimoniais, mas a sua significativa divulgação

*Finalmente, o grande projeto de democratização do saber, (...) aliado ao desenvolvimento da sociedade de lazer e de seu correlato, o turismo cultural dito de massa, está na origem da expansão talvez mais significativa, a do público dos monumentos históricos – aos grupos de iniciados, de especialistas e de eruditos sucedeu um grupo em escala mundial, uma audiência que se conta aos milhões. (CHOAY, 2006, p. 210. Grifos da autora).*

Se, por um lado, os monumentos históricos (e porque não incluir aí, de forma geral, os bens patrimoniais) podem ter maior visibilidade com a organização de visitas através da atividade turística, por outro lado, transformaram-se assim como mais um atrativo turístico a ser consumido

os monumentos e o patrimônio histórico adquiriram dupla função – obras que propiciem saber e prazer, postas à disposição de todos; mas também produtos culturais, fabricados, empacotados e distribuídos para serem consumidos. A metamorfose de seu valor de uso em econômico ocorre graças à ‘engenharia cultural’, vasto empreendimento no público e privado, a serviço do qual trabalham grande número de animadores culturais, profissionais da comunicação, agentes de desenvolvimento. Engenheiros, mediadores culturais. Sua tarefa consiste em explorar os monumentos por todos os meios a fim de multiplicar indefinidamente o número de visitantes.” (CHOAY, 2006, p. 211)

É inegável a visibilidade que os bens patrimoniais adquirem quando sob a égide do chamado turismo cultural, relação esta que parece ter ocorrido, oficialmente, segundo Ferrari e Pinski (2001), a partir de 1967 no encontro de Quito no Equador, do qual resultou um documento, assinado pelos países participantes, inclusive o Brasil: a carta de Quito – encontro promovido pelo Departamento de Assuntos Culturais da Organização dos Estados Americanos (OEA).

Essa carta recomendava que os projetos de valorização do patrimônio fizessem parte dos planos de desenvolvimento turístico das regiões envolvidas. Sugeriu, ainda, a cooperação dos interesses privados e o respaldo da opinião pública para o desenvolvimento de tais projetos.

Ressalta-se ainda o fato do Programa Integrado de Reconstrução de Cidades Históricas

ter criado linhas de crédito especiais para restauração de imóveis relevantes para as localidades, coloca o segmento turístico como

eixo estratégico de uma política de ordenamento urbano de maior amplitude que, necessariamente, tem de propor intervenções que vão ao encontro das expectativas dos visitantes e, ao mesmo tempo, contribua positivamente para o desenvolvimento da cidade e para o bem-estar dos seus habitantes. (DIAS, 2006, p. 32)

Pode-se dizer que no Brasil, a criação do Ministério do Turismo em 2003, a instituição de núcleos universitários que investiram na criação de cursos de Turismo, oportunizaram os debates sobre o tema que vão desde a definição do turismo, como “motivador da manutenção da identidade local, [ele] traz benefícios para a população residente e impulsiona a conservação do patrimônio cultural.” (DIAS, 2006, p.33); até construções mais complexas, como a compreensão “de que a reprodução de identidades culturais e a utilização turística do patrimônio não são antagônicas, sendo necessário redefinir as finalidades atualmente atribuídas ao patrimônio de maneira que também o turismo possa ser motivador do processo de preservação patrimonial.” (DIAS, 2006, p. 38).

A partir daí, os próprios autores que escrevem sobre o tema, passaram a posicionar mais abertamente sobre a questão e apostar no “o patrimônio cultural [como] a essência do turismo cultural, a grande motivação para o deslocamento dos turistas, e capital cultural valioso para as comunidades, pois representa um produto turístico que, se bem administrado, pode perdurar indefinidamente”. (DIAS, 2006, p.46)

Mais do que isso, o turismo proporcionaria “o acesso a esse patrimônio cultural, ou seja, à história, à cultura e ao modo de viver de uma comunidade.” (PECIAR, 2006, p.45)

Sem, entretanto, entrar no mérito da complexidade desta afirmação<sup>3</sup>, mas considerando o conjunto das discussões que colocam a atividade turística *para e par* com o patrimônio cultural, é mais ou menos neste contexto que os produtos turísticos envolvendo roteiros, caminhos, etc., se proliferam e passam a fazer parte das agendas das Secretarias de Cultura ou Turismo dos Estados brasileiros.

---

<sup>3</sup> Os aspectos referentes ao patrimônio cultural de origem étnica e sua comercialização, foi tema por mim desenvolvido no artigo apresentado no Simpósio Temático História e Patrimônio Cultural da ANPUH 2011 intitulado: As estratégias de produção do passado: usos dos bens que compõe o Projeto Roteiros Nacionais de Imigração.

## Patrimônio e Turismo em Santa Catarina: a criação e divulgação de Roteiros Culturais

Diante da compreensão de que o paradigma da atividade turística na contemporaneidade lida com a idéia de deslocamentos e de que o turista reflexivo cria possibilidades de experiências a partir destes deslocamentos, patrocinados pelo chamado turismo cultural, é que se percebe a proposta da Secretaria de Estado de Turismo, Cultura e Esporte de Santa Catarina em divulgar os atrativos turísticos do Estado.

A SANTUR<sup>4</sup> (Santa Catarina Turismo S/A) é o órgão oficial responsável pela promoção e divulgação dos produtos turísticos catarinenses, de acordo com a política estadual do lazer, definida pela Secretaria acima citada. É esta instituição que há mais de uma década edita o seu calendário de eventos fazendo isso através de parcerias com centros de excelência, empresários e entidades governamentais, além de ser responsável pelas pesquisas da demanda turística do Estado, para execução destes trabalhos.

No *site*<sup>5</sup> da Secretaria de Turismo, Cultura e Esporte, estão arrolados atrativos turísticos que são enunciados como Roteiros e assim apresentados:

O *Roteiro de festas* que compõem o calendário das Festas de Outubro de Santa Catarina; O *Roteiro das Cervejas*, que agrega pequenos fabricantes de cerveja localizados no vale do rio Itajaí; O *Roteiro de Turismo Rural*, composto pelo Caminho dos Príncipes, Encantos do Sul, Grande Florianópolis, Grande Oeste, Serra Catarinense, Vale do Contestado e Vale Europeu.

Ainda no *site*, são apresentados os Roteiros de Santa Catarina que foram contemplados no último Salão de Turismo: Caminho dos Príncipes, Costa Verde e Mar, Encantos do Sul, Serra Catarinense, Caminho dos Cânions, Grande Oeste e Caminhos da Fronteira.

A forma de divulgação destes atrativos é bastante diversificada: se no *site* existem *links* que remetem a hipertextos que apresentam as cidades e os seus equipamentos turísticos, há também a produção e divulgação de *folders*<sup>6</sup> com esta mesma intenção, mas que diferem

<sup>4</sup> Disponível em: [http://www.sol.sc.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=57&Itemid=74](http://www.sol.sc.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=57&Itemid=74). Acesso em 27/09/2011.

<sup>5</sup> <http://www.sol.sc.gov.br/>. Acesso em 27/09/2011.

<sup>6</sup> O *folder* citado é produzido pela agência de turismo que organiza O Circuito do Vale Europeu, que é parceira da SANTUR na promoção dos eventos ligados à atividade turística. Assinam o apoio a este material: Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas de Santa Catarina (SEBRAE); Ministério do Desenvolvimento Agrário; IPHAN; EPAGRI, Turismo Regional do Vale Europeu.

pelo fato de serem impressos e apresentarem o atrativo turístico desejado de forma mais específica.

Estes Roteiros são comercializados por agências de turismo que, através de parcerias com as instituições responsáveis, organizam, a partir das demandas turísticas, itinerários que contemplem os atrativos existentes nas localidades e atribuem significados as mesmas.

No caso do Roteiro do Vale Europeu, por exemplo, os muitos e diversificados atrativos são organizados de forma que integrem um conjunto de outras rotas a fim de atender à melhor segmentação do público. Então, quem quiser seguir o circuito sugerido, pode optar, ainda dentro daquela proposta, pelo “Cicloturismo”, por um percurso chamado “Arte & Charme”, outro denominado “Espaço Rural”, pode percorrer o “Roteiro das Flores” ou ainda pelo programa “Mochileiro” ou o pacote “Aventura”.

Cada opção destas se justifica de formas específicas, como por exemplo, o Roteiro da Flores

criado na mais tradicional região produtora de flores em Santa Catarina, o Roteiro das Flores traz para o turista o contato direto com os floricultores e suas belíssimas produções. Além da visitação às propriedades vale a pena conhecer os belos jardins tradicionais da cultura européia e pontos turísticos com belas paisagens ao longo das estradas do meio rural. (FOLDER ROTEIROS DAS FLORES.)

Neste caso, a visita começa na prefeitura de Indaial, onde há vitória-régia e palmeira indaiá; percorre as fazendas de antúrios localizadas em Timbó; e termina com a visita aos sítios com cultivo de crisântemos e copos de leite. O passeio contempla também pequenas propriedades que produzem e comercializam alguns produtos agroindustriais e as refeições são realizadas em locais cuidadosamente selecionados e entre uma propriedade e outra.

Outros Roteiros são mais incisivos em relação aos atrativos turísticos que oferecem, e atribuem mais importância a questões específicas. É o caso dos Roteiros que se apropriam de bens tombados pelo patrimônio cultural que possuem, segundo os processos de tombamento, uma origem étnica, como no caso, os bens que compõem o Projeto do IPHAN Roteiros Nacionais de Imigração - e o oferecem como produto turístico.

Para dar conta da reflexão proposta, nos detemos especificamente no “Roteiro Encantos do Sul” que seleciona 30 destinos turísticos para serem visitados e que contemplam o maior número de bens patrimoniais tombados em nível municipal e estadual pelas prefeituras e pela Fundação Catarinense de Cultura. Possuem ainda, a maior concentração de

bens indicados para serem tombados em nível federal pelo IPHAN, no projeto da mesma instituição denominado Roteiros Nacionais de Imigração.

Os cinco bens indicados para tombamento em nível federal já são tombados em nível estadual, o que atesta a importância destes bens para os municípios onde se encontram (Nova Veneza, Urussanga e Orleans) e para o Estado, de forma geral.

O *site* apresenta a localidade de Nova Veneza como um município que

encanta pelo esmero com que seus moradores cultivam a herança dos antepassados italianos: o patrimônio arquitetônico, o gosto pela mesa farta, a religiosidade e as festas animadas. Seus antigos sobrados construídos inteiramente com as pedras da encosta da Serra Geral são monumentos dos Roteiros Nacionais da Imigração, projeto do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional em parceria com os governos estaduais e municipais. (Disponível em:

[http://www.santur.sc.gov.br/index.php?option=com\\_content&task=view&id=1158&Itemid=231](http://www.santur.sc.gov.br/index.php?option=com_content&task=view&id=1158&Itemid=231). Acesso em 25/09/2011)

O texto faz referência a um dos cinco bens indicados para tombamento federal: as três casas de pedra da família Bratti que foram construídas em 1891, mesmo ano de fundação da colônia Nova Veneza, que em 2002 passaram por um processo de restauração. As casas “edificadas em pedra bruta (sem pregos, parafusos ou cimento), com telhado curto e aberturas entalhadas em madeira de lei, [é representativo da] mais tradicional arquitetura colonial italiana”, prossegue o texto da divulgação.

Interessante observar que o tom da propaganda está amparado no texto que sugere sua indicação nos Livros do Tombo das Belas Artes, Histórico e Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, pois possui

Expressividade singular da implantação do conjunto e dos imóveis que o compõe, são os primeiros adjetivos de quem procura descrever o conjunto da Família Bratti”. O conjunto é formado pela implantação de três edificações de alvenaria de pedras aparentes, evidenciando esmero construtivo, composição plástica apurada e qualidade da implantação – harmonizada em meio à paisagem notável.” (...)“composto por três edificações erguidas em alvenaria autoportante de pedras aparentes, (...) [é] absolutamente singular no contexto das propriedades inventariadas em Santa Catarina”. (DOSSIÊ DE TOMBAMENTO DOS ROTEIROS NACIONAIS DE IMIGRAÇÃO, 2007:255).

A família explora comercialmente o bem, utilizando-o na locação de cenários para ensaios fotográficos. Eles acreditam na importância do tombamento dos bens e na visibilidade que estes darão ao município de Nova Veneza, o que acreditam ser fundamental para o turismo. O Senhor Bortolotto complementa, dizendo que “esta iniciativa de preservar as casas, somadas a outras que acontecem na região, como por exemplo, a festa *Ritorno alle origini*<sup>7</sup> e o PROGOETHE”<sup>8</sup> fará bem para a cidade.

A divulgação do local pelo folder é feito pelas imagens das casas e sua visita é sugerida porque “instiga a curiosidade e proporciona intensas experiências aos visitantes”. ()

Já, o município de Orleans, “passagem obrigatória para quem vem do litoral em direção à serra do Rio do Rastro”<sup>9</sup>, é apresentado pelo texto do *site* como uma cidade rica em “atrativos culturais e naturais que justificam uma visita mais atenta” e como uma cidade que “integra os Roteiros Nacionais de Imigração, do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.” Como ponto de visita, é sugerida a Casa Barzan, na localidade de Palmeira Alta, que é considerada pelo SITE como monumento nacional da imigração italiana (embora ainda não tenha sido tombada em nível federal). A casa é uma construção em pedra que data de 1920. Embora tenha sido indicada para tombamento em nível federal com Registro no Livro do Tombo das Belas Artes por conta de ser “um exemplar dos mais significativos sobrados de arquitetura ítalo-brasileira” (DOSSIÊ DE TOMBAMENTO DOS ROTEIROS NACIONAIS DE IMIGRAÇÃO, 2007:269), o proprietário João Barzan atende as pessoas que chegam até a propriedade, mas não permitem a visita ao interior da casa, pois consideram isso invasivo e inseguro. Como o casal trabalha na granja, que exige dedicação integral, “fica muito complicado parar o trabalho para atender às pessoas que batem na porta”.<sup>10</sup>

Por fim, Urussanga é apresentada como uma cidade

que se destaca na produção de vinhos brancos finos e espumantes da uva Goethe. (...) Casas e igrejas históricas margeiam as estradas da comunidade

<sup>7</sup> É uma festa promovida pela Prefeitura Municipal de Urussanga cuja chamada publicitária este ano foi “venha celebrar o ano da Itália no Brasil, na pequena Itália brasileira”. Fonte: Folder da XII Festa della Tradizione Italiana.

<sup>8</sup> Trata-se de um programa que inclui roteiros turísticos que propõe a visita aos vales de cultivo da uva e produção do vinho Goethe, empreendido pela Associação dos produtores da Uva e do Vinho Goethe.

<sup>9</sup> Disponível em [http://www.santur.sc.gov.br/index.php?option=com\\_content&task=view&id=1152&Itemid=231](http://www.santur.sc.gov.br/index.php?option=com_content&task=view&id=1152&Itemid=231). Acesso em 23/09/2011.

<sup>10</sup> Entrevista concedida à autora em janeiro de 2011.

de Rio Maior. Entre as antigas colônias italianas de Santa Catarina, Urussanga – fundada em 1878 – é a que tem mais edificações incluídas no projeto Roteiros Nacionais de Imigração, do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). (Disponível em [http://www.santur.sc.gov.br/index.php?option=com\\_content&task=view&id=1151&Itemid=231](http://www.santur.sc.gov.br/index.php?option=com_content&task=view&id=1151&Itemid=231). Acesso em 23/09/2011.)

Dentre os principais atrativos apresentados, encontram-se três dos bens indicados para tombamento em nível federal: no Vale do Rio Maior, encontram-se a Igreja São Gervásio e São Protásio e a propriedade da família Cancellier; e no Vale do Rio Américo Baixo, o sítio da família Bez Fontana.

O texto de apresentação do site e dos folders endossa, em grande medida, os textos encontrados nos processos de indicação para tombamento em nível nacional. A Igreja São Gervásio e São Protásio, por exemplo, é importante porque

construída por imigrantes provenientes da Itália, os elementos formais clássicos, e a técnica construtiva em alvenaria de pedras aparentes, o esmero construtivo e os requintes dos acabamentos destacam a Igreja (...) no contexto da arquitetura religiosa da imigração italiana no Brasil. (DOSSIÊ DE TOMBAMENTO DOS ROTEIROS NACIONAIS DE IMIGRAÇÃO, 2007, p.43).

Da mesma forma, a casa de Ivanir Cancellier, anunciada por uma placa que se encontra em seu terreno e que leva seu nome é relevante pois

é exemplar raro no conjunto da arquitetura residencial do imigrante (...) caracterizada pelo refinamento erudito das proporções clássicas da fachada e do apuro na execução das paredes de alvenaria autoportante de pedras. A planta e a estrutura dos telhados apresentam exemplaridade (...). As esquadrias também se revestem de exemplaridade, tendo sido confeccionadas com esmero invulgar.” (DOSSIÊ DE TOMBAMENTO DOS ROTEIROS NACIONAIS DE IMIGRAÇÃO, 2007, p.65).

Embora a propriedade do Seu Ivanir Cancellier conste como ponto turístico da sua localidade, para ele trata-se apenas “do lugar onde a família mora” e diz que “não entende porque tantas pessoas param o carro para tirar fotografia”.<sup>11</sup> Relata ainda que há uns quinze dias, uma família visitou a casa e perguntou se eles não se incomodavam em receber as pessoas. Ele respondeu que não, “mas que se cada um que quisesse tirar fotografia deixasse

<sup>11</sup> Entrevista concedida a autora em janeiro de 2011.

um real, não seria ruim! (...) Mas isso não sei se pode....!", (...) “As pessoas vêm a placa, param o carro e entram. Às vezes nem elas sabem o que é que tem aqui”, comenta em relação aos visitantes que querem fotografar a casa e que, segundo ele, são pessoas em geral, que normalmente estudam arquitetura ou temas afins.

A propriedade Bez Fontana, também é apresentada pelo *site* da Secretaria de Turismo, Cultura e Esporte de Santa Catarina como atrativo turístico por conta da sua importância como patrimônio cultural. Vale ressaltar que a propriedade é composta de um sobrado de madeira, um rancho de estabaria e uma marcenaria. O galpão onde funciona a marcenaria abriga também a serraria, ambas construídas em 1901 e tocadas originalmente pela energia gerada por meio de uma roda d’água. A marcenaria funciona até hoje e é fonte de renda da família. Ao lado da marcenaria há outro galpão utilizado para descascar arroz e a atafona, movida também por uma roda d’água que permanece em atividade.

Interessante de observar que o texto de apresentação da propriedade reforça a importância desse bem por tratar-se um exemplar construtivo da imigração italiana mas não explora um dado importante, que poderia ser dado pelo viés dos mundos do trabalho. A indicação para tombamento também invisibiliza este dado dando mais atenção à questão da arquitetura

Interior da Casa Bez Fontana é um dos mais autênticos e conservados encontrados na região de imigrantes oriundos da Itália”(...) “Trata-se de imóvel com qualidades sem equivalentes em qualquer outro lugar do país, (...) Construída em madeira, com taboas “serradas à mão”, com grande esmero construtivo e dentro de tipologia diretamente relacionada com a arquitetura ítalo-brasileira, aliadas a exemplar conservação da ambiência interior da casa, da marcenaria, serraria e rodas d’água em funcionamento, o maquinário integrado e a implantação do conjunto, em paisagem envoltória notável, determinam a excepcionalidade de todo o sítio.” (DOSSIÊ DE TOMBAMENTO DOS ROTEIROS NACIONAIS DE IMIGRAÇÃO, 2007:261).

Estes exemplos tentaram mostrar como o patrimônio cultural é capturado pela atividade turística e como tal são visibilizados. Se, de um lado, esta apropriação não é feita sem tensões, pois nessa relação há a ressignificação destes bens para aqueles que o consomem; por outro lado, a atividade turística, por esta exponibilidade, endossa e legitima o patrimônio como forma de acesso às múltiplas experiências sugeridas pelos deslocamentos gerenciados pelo Turismo.

No caso estudado, fez-se referência a bens culturais destacados por remontarem a uma

origem étnica. Não é raro visitar roteiros turísticos que comercializam identidades regionais étnicas sob a bandeira de “cidade mais alemã ou mais italiana” de determinado estado. Normalmente trata-se de regiões que, colonizadas em meados de século XIX, se dizem portadoras de uma herança colonial imigrantista. Expressões como “Sou alemão”, “Sou italiano”, são utilizadas como forma de legitimação e auto-afirmação dos descendentes ainda vivos destes colonizadores. No caso de Santa Catarina, os roteiros turísticos que são comercializados, na sua maioria, dizem respeito à valorização da cultura material e imaterial oriunda da corrente migratória que colonizou o território no século XIX.

Na tentativa de rememorar uma história da imigração, a invenção de identidades étnicas estáveis corrobora para uma idéia de patrimônio, que, ao ser roteirizado e endossado por órgãos públicos federais, redimensiona no contemporâneo a própria idéia daquilo que é ou não nacional.

A forma de potencializar, através do fomento do turismo sustentável, a proteção e a valorização do patrimônio cultural material e imaterial das regiões que tenham marcas significativas oriundas do seu processo de colonização, está amparado na valorização da cultura local e regional em questão. Afinal, segundo o IPHAN,

A descoberta do patrimônio cultural como fonte de conhecimento e rentabilidade financeira vem transformando essas áreas em pólos culturais, incentivando a economia por meio do incremento do turismo cultural e geração de empregos. (DOSSIÊ DE TOMBAMENTO DOS ROTEIROS NACIONAIS DE IMIGRAÇÃO SANTA CATARINA, VOL. I DE 2007:15).

Se, por um lado, o legado cultural das cidades ou regiões, presentes através do patrimônio cultural, é portador de memória e de história, por outro lado, como confrontar estes ícones com a dinâmica social na qual eles estão inseridos? Esta é uma das questões que ligam o patrimônio cultural à atividade turística e que sem dúvida merece a devida atenção na contemporaneidade.

Ainda que no Brasil muitas destas iniciativas não tenham o mesmo tratamento dado ao turismo com base no patrimônio cultural como alguns países o fazem, como por exemplo as rotas culturais e turísticas do patrimônio industrial na Europa<sup>12</sup> - é importante que as instituições responsáveis pela gestão do patrimônio ampliem o debate sobre o tema,

---

<sup>12</sup> Algumas destas rotas são apresentadas na coleção *Los ojos de La memoria*; número 03: Rutas Culturales y turísticas del patrimonio industrial publicado pela Asociación de Arqueología Industrial.

percebendo que não há nada fixo nem natural e original na conceituação do patrimônio, mas que se trata de uma construção de valor e sentido que determinam as múltiplas apropriações do bem.

## Referências

ALTHOFF, Fátima Regina. Políticas de preservação do patrimônio edificado catarinense: a gestão do patrimônio Urbano de Joinville. Florianópolis, 2008. Dissertação de Mestrado em Urbanismo, História e Arquitetura da Cidade. Universidade Federal de Santa Catarina.

ASHTON, Mary Sandra Guerra. Turismo: a mutação do cotidiano. In: BARRETTO, Margarita. (Org.) Turismo, Cultura e Sociedade. Caxias do Sul: EDUCS, 2006. P.11-24,

BARRETTO, Margarita. (Org.) Turismo, Cultura e Sociedade. Caxias do Sul: EDUCS, 2006.

BREFE, Ana Cláudia Fonseca. A cidade inventada: a paulicéia construída nos relatos memorialistas (1870-1890). Campinas: Unicamp, 1993. Dissertação de mestrado.

CHOAY, Françoise. A alegoria do patrimônio. 3 ed. São Paulo, Estação Liberdade: UNESP, 2006.

DIAS, Reinaldo. Turismo e patrimônio cultural. Os recursos que acompanham o crescimento da cidade. São Paulo: Saraiva, 2006.

GABLE, Eric. Paisagens invisíveis. Herança histórica, esquecimento e a problemática da identidade. In.: Patrimônios e identidades. Ficções contemporâneas. Oeiras: Celta Editora, 2006.

GIDDENS, Anthony. Mundo em descontrole: o que a globalização está fazendo de nós. Rio de Janeiro/ São Paulo: Record, 2000.

GOODEY, Brian. Olha múltiplo na interpretação dos lugares. In: MURTA, Stela Maris; ALBANO, Celina (orgs.). Interpretar o patrimônio: um exercício do olhar. Belo horizonte: Ed. Da UFMG, Território Brasilis, 2002.

HARTOG, François. Tempo e patrimônio. Varia Historia. Belo Horizonte, v.22, n.36, p.261-273, jul-dez. 2006.

JEUDY, Henri-Pierre. Memórias do Social. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1990.

KÜHL, Beatriz M. Algumas questões relativas ao patrimônio industrial e à sua preservação. In.: <http://www.labjor.unicamp.br/patrimonio/materia.php?id=165>. Acesso em maio de 2011.

MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de. A paisagem como fato cultural. In: YÀZIGI, Eduardo (org.). Turismo e paisagem. São Paulo: Contexto, 2002.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. Projeto História, São Paulo, n.10, p.7-28, dez.1993.

PAES, Maria Teresa Duarte; OLIVEIRA, Melissa Ramos da Silva. (Orgs.) Geografia, turismo e patrimônio cultural. São Paulo: AnnaBlume, 2010.

PECIAR, Paola Luciana Rodrigues. Turismo Cultural: um olhar sobre as manifestações de atratividade encontrados nas feiras populares do Brique da Redenção em Porto Alegre e a feira da Praça Matriz em Montevideu, no Urugauy. In. BARRETTO, Margarita. (Org.) Turismo, Cultura e Sociedade. Caxias do Sul: EDUCS, 2006. P. 41-53.

POLLAK, Michel. Memória e identidade social. Estudos históricos, Rio de Janeiro, v.6, n.11, p.128-137, 1992.

RICOEUR, Paul. A memória, a história, o esquecimento. Campinas: Editora da UNICAMP, 2007

ROTEIROS NACIONAIS DE IMIGRAÇÃO SANTA CATARINA. Dossiê de Tombamento. Anexo I, II e III. Índices e Fichas: Norte, Nordeste e Sul do estado. 2007. Acervo do IPHAN-SC.

URRY, John. O olhar do turista: lazer e viagens nas sociedades contemporâneas. 3ed. São Paulo: SESC : Studio Nobel, 2001.

VIANA, Luiz Díaz G. O patrimônio cultural ou os consumos da nostalgia. Cultura material e imaterial nos passeios turísticos pela identidade. In.: Patrimônios e identidades. Ficções contemporâneas. Oeiras: Celta Editora, 2006.